



A QUESTÃO DA ALFABETIZAÇÃO E DO ALFABETISMO NO BRASIL ATUAL: CONCEITO, AVALIAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Jaklane Nunes Rabelo¹

Universidade Interamericana-PY²

RESUMO

O presente artigo é o resultado de uma pesquisa bibliográfica que procura refletir sobre questão da alfabetização e do alfabetismo no Brasil atual, ressaltando aspectos que mostram o posicionamento do Estado, da sociedade e da escola pública frente à problemática do baixo nível de alfabetismo nos anos finais do Ensino fundamental e o desafio de instituir políticas educacionais mais eficientes e inclusivas que sejam capazes de promover a equidade de oportunidades educativas e sociais no país. Assim sendo, esse artigo, valendo-se de diferentes materiais teóricos e da análise documental minuciosa, propõe averiguar e avaliar como vem sendo entendida, tratada e conduzida a questão da alfabetização e do letramento no país, nas últimas décadas, afim de sinalizar se as ações político e educativas desenvolvidas nessa direção estariam, ou não, conseguido promover a equidade de oportunidades educativas e garantir a transformação positiva dessa realidade.

Palavras chaves: Políticas Educacionais; Alfabetização; Alfabetismo; Educação Pública.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a questão da alfabetização tem sido bastante debatida e discutida no cenário político e social brasileiro. Em nenhuma outra época, a necessidade de ampliar o acesso à educação e a alfabetização foi tão exaltada como agora, por isso, governos e sociedade têm-se mobilizado para reformular ou implantar políticas educacionais que visam facilitar a universalização do atendimento escolar e promover educação pública de melhor qualidade, como estratégia para enfrentar o analfabetismo absoluto e garantir níveis de qualificação profissional mais elevados para as novas gerações. Entretanto, apesar dos aparentes esforços em garantir a universalização desse atendimento, inúmeras pesquisas nacionais e internacionais tem revelando que, embora o país tenha ampliado um pouco mais os investimentos em educação, o analfabetismo absoluto ainda continua sendo uma realidade político-social

¹ Mestra em Ciências da Educação pela Universidade Interamericana – Assunção/PY (2018). Graduada em Letras Vernácula com especialidade em Linguística e Literatura Portuguesa pela Universidade do Estado da Bahia –UNEB. Especialista em História da Cultura Afro-brasileira pela Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC) – BA e Metodologia da Língua Portuguesa Pela Faculdade Vasco da Gama – BA. Professora Municipal em Xique-Xique-Bahia. lanerabelo@hotmail.com.

²Esse artigo traz parte das discussões que constitui o primeiro capítulo de uma tese de doutorado que será apresentada à Universidade Interamericana-PY em janeiro de 2021.



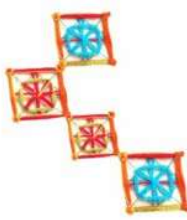
preocupante e a qualidade da alfabetização e do letramento oferecido nas escolas públicas pouco tem melhorado. Uma situação político-educativa que precisa ser melhor entendida, tratada e superada para que o país possa promover a equidades de oportunidades e a justiça social.

Assim sendo, diante desse paradoxo, o presente artigo, valendo-se de uma pesquisa bibliográfica, emerge como mais uma possibilidade de aprofundar, um pouco mais, os conhecimentos acerca da questão da alfabetização e do alfabetismo no Brasil atual, na tentativa de compreender como o Estado, a sociedade e a escola têm se posicionado diante da problemática do baixo nível de alfabetismo dentro da escola pública e ante o desafio de elevar a qualidade do educação no país. Portanto, o artigo justifica-se pela necessidade acadêmica e social de ampliar o entendimento sobre essa conjuntura educacional que, apesar de há anos sendo alvo de debates e discussões, ainda hoje, configura-se como entrave para o processo de construção da qualidade da educativa e, conseqüentemente, para o progresso político-econômico do país.

DESENVOLVIMENTO

A alfabetização é o processo inicial de apropriação do sistema linguístico e matemático que representa a base estrutural para a evolução educativa e a construção da qualificação profissional. Por isso, garantir a qualidade desse relevante processo educativo torna-se essencial para assegurar uma formação escolar adequada, capaz de promover a evolução intelectual dos sujeitos-aprendizes, tornando-os mais preparados para exercerem com dignidade sua cidadania e contribuir de modo mais consciente, no processo de desenvolvimento político-social e econômico do país. À vista disso, ampliar as possibilidades de acesso a alfabetização, torna-se um ato político-educativo indispensável para oferecer a todos os brasileiros – especialmente os mais pobres – a oportunidade de crescerem intelectualmente e tornarem-se cidadãos mais capacitados para participarem e atuarem, de modo consciente, do processo de transformação social.

A alfabetização, por décadas, foi vista como um importante instrumento político-educativo para promover a qualificação profissional e, com isso, fortalecer os interesses político-econômicos, no entanto, essa perspectiva capitalista, restringia a relevância desse processo educativo, menosprezando o fato de que o acesso a alfabetização também permitiria a ampliação da capacidade intelectual para além da instrução, garantindo ao sujeitos em formação a possibilidade de desenvolvimento pessoal e coletivo, contribuindo para torná-lo mais sensível e



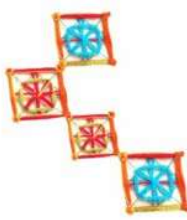
solidários diante do outro e do mundo e, sobretudo, mais consciente do seu papel político-social como agente de transformação. A alfabetização, segundo Freire (1987) garante autonomia e poder ao sujeito-aprendiz. Assim, ao ser alfabetizado o homem conquista a oportunidade de ampliar não somente o conhecimento sobre as letras e números, como também o poder de, através da decodificação e codificação desses signos e códigos, construir e apreender novos conhecimentos que o ajude a se distanciar do mundo vivido para conhecer e refletir sobre novos (as) mundos/realidades, problematizando-os (as) e decodificando-os (as) criticamente. E é, nesse mesmo movimento de consciência, que “o homem se redescobre como sujeito instaurador desse mundo e de sua experiência” (FREIRE, 1987, p. 08).

As constantes mudanças sociais e culturais, ao longo do tempo, trouxeram novas concepções acerca do sentido da alfabetização e do letramento e sua relevância pedagógica e político-social. Com isso, o termo alfabetização passou a ser entendido como processo de contínua construção que inicia-se a partir da apropriação dos conhecimentos linguísticos e matemáticos, associado ao processo de letramento, e aprimora-se ao longo do processo de escolarização, ampliando a percepção de mundo dos sujeitos aprendizes. Já o termo letramento passa a ser entendido como contínuo processo de identificação e compreensão do uso sociocultural desses conhecimentos linguísticos e matemáticos adquiridos. Ambos concebidos como processos contínuos e socialmente geridos, que quando associados, podem garantir a elevação dos seus níveis de alfabetismo dos sujeitos-aprendizes em qualquer etapa da escolarização (MACHADO, 1990; SOARES, 2003; ALBUQUERQUE *et al*, 2007).

Para o INAF, o termo alfabetismo significa

A capacidade de compreender e utilizar a informação escrita e refletir sobre ela, um contínuo que abrange desde o simples reconhecimento de elementos da linguagem escrita e dos números até operações cognitivas mais complexas, que envolvem a integração de informações textuais e dessas com os conhecimentos e as visões de mundo aportados pelo leitor (AÇÃO EDUCATIVA – INAF, 2005, p. 04).

Nesse sentido, a alfabetização e o letramento são entendidos como processos contínuos, que embora sejam distintos, deveriam ser executados de modo indissociável (SOARES, 2003), para que, juntos, potencializem o desenvolvimento cognitivo dos sujeitos em formação, garantindo uma aprendizagem mais efetiva e significativa dentro e fora do contexto escolar (SOARES, 2003; ALBURQUERQUE *et al*, 2007). E, foi tomando como base essa nova perspectiva de alfabetização/letramento que, nas últimas décadas, o Estado, pressionado pela sociedade, tem procurado entender que se faz necessário promover ações políticas que ajudem as

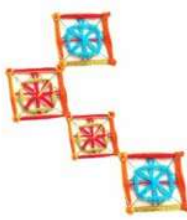


instituições escolares a melhorar a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, principalmente, no sistema público de ensino, afim de garantir a elevação dos níveis de alfabetismo dos estudantes como caminho para construir novos rumos para educação pública brasileira.

De acordo com o Indicador de Analfabetismo Funcional (INAF - 2005), os sujeitos apresentam diferentes níveis de alfabetismo, sendo esses níveis definidos da seguinte maneira: analfabeto, rudimentar, elementar, intermediário e proficiente. Esses níveis podem ser analisados separadamente ou de maneira conjunta, quando formam duas categorias: os analfabetos funcionais (analfabetos e rudimentar) e o dos funcionalmente alfabetizados (elementar, intermediário e proficiente). Os analfabetos funcionais seriam os sujeitos que apresentam competências mínimas para ler, contar e calcular. Enquanto que os funcionalmente alfabetizados seriam os sujeitos que apresentam níveis de conhecimento mais complexo, que os permitem ler, escrever ou resolver operações matemáticas mais complicadas, ou seja, ter competências e as habilidades necessárias para funcionar com eficiência em uma sociedade complexa e tecnológica (AÇÃO EDUCATIVA-INAF, 2005). Dessa maneira, seria fundamental que o Estado pudesse criar políticas educacionais que garantisse a todos os estudantes o direito de ter acesso a alfabetização/letramento de qualidade para que, com isso, pudessem evoluir adequadamente em seu processo educativo, alcançando o nível mais alto de alfabetismo: o nível proficiente.

As pesquisas do INAF retratam os níveis de alfabetismo da população adulta (dos 15 aos 64 anos), no entanto, trazem informações bastante pertinentes para refletir e questionar sobre a questão da alfabetização e do alfabetismo, também, nas etapas iniciais da escolarização. Seus resultados, quando bem analisados, sinalizam para a necessidade de se rever a maneira como vem sendo efetivado e oferecido o processo de alfabetização/letramento no país. Segundo o Inaf (AÇÃO EDUCATIVA – INAF, 2018, p. 10), a escolarização é “o principal fator explicativo da condição de alfabetismo”, dessa maneira, se esse processo de escolarização for falho ou ineficiente, conseqüentemente, os sujeitos-aprendizes inserido nesse processo sairão dele apresentando baixos níveis de alfabetismo que leva ao déficit de aprendizagem.

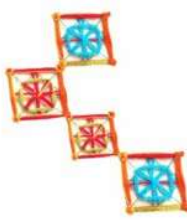
Frente a essa realidade, o Estado, em parceria com diferentes entidades sociais, propôs monitorar o processo de ensino-aprendizagem, afim de verificar os níveis de alfabetismo dos estudantes em diferentes etapas da escolarização. Para tanto, instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) que revelou, por meio dos resultados obtidos, que, embora houvesse um amplo acesso ao processo de alfabetização, uma parte significativa das crianças e jovens inseridos no sistema público de ensino, apesar das iniciativas políticas e educativas que vem sendo desenvolvidas, nas ultimas décadas, apresentam níveis de alfabetismo



abaixo do esperado, o que provavelmente estaria promovendo a ampliação da desigualdade educativa e comprometendo o avanço do Índice de desenvolvimento da qualidade da Educação Básica (IDEB) no país (ALMEIDA *et al*, 2013). A partir dessa constatação, buscou-se novas estratégias políticas e educativas para tentar elevar a qualidade dos processos de alfabetização e letramento e, com isso, garantir melhores resultados no IDEB, o que seria essencial para recuperar a confiança da entidades sociais e principalmente das entidades financiadoras internacionais, que exigem do Estado um maior comprometimento para garantir que haja a elevação dos indicadores de qualidade da educação Básica.

Nesse processo de mobilização em prol da qualidade educativa, a qualidade da alfabetização infantil tornar-se-ia prioridade, ganhando novos contornos – especialmente, “no que diz respeito a uma estrutura contínua de ações, pelo menos em termos legais” (VEIGA e REBOUÇAS, 2018, p. 143) –, o que possibilitou estabelecer importantes modificações no sistema público de ensino, alterando gradualmente as concepções políticas e pedagógicas frente ao processo de ensino-aprendizagem e, por conseguinte, inaugurando novas formas de ensinar, de aprender e de avaliar dentro da escola pública. Ações político-educativas que tinham como foco principal o garantir a aprendizagem significativa e o respeito a singularidade do desenvolvimento humano e social (BEAUCHAMP *et al*, 2007). E essas transformações fomentaram uma reestruturação da legislação educacional, exigindo uma reorganização do sistema de ensino, incluindo, dentre outras coisas, a revisão do currículo e do tempo escolar, o que foi fundamental para instituir o Ensino Fundamental de Nove Anos – determinando um período específico para a conclusão do processo de alfabetização inicial: o Ciclo da alfabetização – e a indução da educação de tempo integral no país.

Com a instituição do Ensino Fundamental de Nove Anos, o Estado buscou ampliar o tempo escolar de oito para nove anos de duração, com o objetivo de possibilitar “a qualificação do ensino e da aprendizagem na alfabetização” alinhando-o com o processo de letramento. A finalidade dessa medida seria o de “oferecer maiores oportunidades de aprendizagem em um período maior de escolarização obrigatória (a partir do 6 anos), assegurando que crianças, “ingressando mais cedo no sistema de ensino”, pudesse ter mais chances de prosseguirem “nos estudos alcançando maior nível de escolaridade” (BEAUCHAMP *et al*, 2007, p. 07). Fato que, posteriormente, fomentaria as discussões teóricas que fundamentaram as normativas do Pacto nacional de alfabetização na idade certa (PNAIC) – um compromisso assumido, no ano de 2012, pelo Governos Federal, Estadual e Municipal que, em 2017, “passaria a compor uma política educacional sistêmica que parte de uma perspectiva ampliada de alfabetização”, priorizando a



Alfabetização na Idade Certa, como meio para a melhoria da aprendizagem: uma recomendação já prevista no Plano Nacional de Educação (PNE – 2014).

A proposta do PNAIC (2017) parte do princípio que a incumbência com a alfabetização/letramento dever ser partilhada por todos que compõe a comunidade escolar, por isso, uma das suas bandeira é a formação continuada para todos os profissionais da educação. O objetivo desse Programa é melhorar o processo de ensino e de aprendizagem e conduzir a comunidade escolar a compreensão de “que alfabetizar com qualidade é um compromisso de uma gestão democrática e uma atitude de respeito à equidade, à inclusão e à igualdade de oportunidades (PNAIC, 2017, p. 05). Paralela as ações do PNAIC, outras medidas foram intensificadas para garantir o monitoramento e a avaliação da educação básica no país e em todas elas o foco principal seria verificar os níveis de alfabetismo dos estudantes, principalmente nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática (VIEGAS e REBOUÇAS, 2018, p. 143).

Entretanto, o contínuo monitoramento e avaliação da realidade educativa no país continuava mostrando que, apesar dos avanços alcançados, o sistema público de ensino permanecia falho e ineficiente, revelando que ainda havia vestígios de um processo histórico de omissões e descaso do Estado e da sociedade com a educação pública e com o “público” a que ele se destinava: a classes menos favorecidas (FREIRE, 1987; GROSSI, 2000). Mas, com as mudanças de concepções sobre o valor político-social da alfabetização e da educação, esse posicionamento do Estado e da sociedade não é mais aceito. No mundo atual, exigia-se que houvesse esforços conjuntos para se garantir a equidade de oportunidades educativas. Uma oportunidade necessárias para que os sujeitos em formação pudessem transformar sua vida intelectual e social. E a alfabetização e o letramento de qualidade poderiam ser considerados importantes ferramentas nesse processo de garantia de direitos educativos e sociais. E tem sido com essa nova perspectiva de educação que, nos últimos tempos, tem-se buscado garantir a elaboração ou reformulação das políticas públicas educacionais que visam a melhoria do processo de ensino-aprendizagem no Brasil.

Nas últimas décadas, o processo de ensino-aprendizagem no Ciclo da alfabetização e a necessidade de elevação dos níveis de alfabetismo dos estudantes nas etapas subsequentes (dentro da escola pública) tornaram-se uma das principais preocupações para os governos, a escola e a sociedade civil. Por isso, a cada ano, observa-se novas iniciativas sendo implantadas ou reformuladas. Prova disso foi que, orientadas pelas Leis das Diretrizes e Bases (LDB), surgiram iniciativas importantes como o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Políticas que revelam que, aparentemente, o Estado estaria se esforçado para repensar a qualidade da educação pública, tendo foco as questões da



alfabetização e do alfabetismo como meio para resolver a questão da baixa qualidade educativa do país (BORDIGNON e PAIM, 2015).

Com esses Planos foi possível determina novas diretrizes para a educação que possibilitaram o aumentar de financiamento de recursos para a educação pública, na tentativa de corrigir uma dívida histórica que ainda causa enormes prejuízos para a sociedade brasileira: a educação como direito social. Atitude que ganhou materialidade com a Lei nº 11494/2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Uma iniciativa que busca reparar a qualidade educativa, tentando investir na formação e capacitação de docentes e gestores escolares e na melhoria das condições de trabalho, como estratégia para elevar a qualidade do ensino-aprendizagem, principalmente, na Educação Básica, ou seja, era uma iniciativa que busca fornecer subsídios financeiros para beneficiar o processo de ensino e melhorar a infraestrutura e as condições de trabalho dentro dos estabelecimentos públicos de ensino. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2019).

A partir dos recursos disponibilizado pelo FUNDEB foi possível aperfeiçoar ou implantar propostas de alfabetização para crianças, jovens e adultos. Dentre as quais vale destacar: Programa Brasil Alfabetizado (PBA), Pacto Nacional pela Alfabetização da Idade Certa – PNAIC, Programa mais educação e Novo Mais Educação, Programa mais alfabetização entre outros. Iniciativas que surgiram como respostas à necessidade do cumprimento do que está previsto na Constituição Federal, na LDB e, por fim, no PNE (Lei nº 10.172/2001). Um Plano que sugere 20 (vinte) metas a serem cumpridas, tendo como objetivo principal promover “à universalização da alfabetização e à ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais” como garantia para uma educação de qualidade. O PNE prever que em “regime de cooperação” os governos ampliem as possibilidades de atendimento escolar, assegurado a cada cidadão, em qualquer ponto do território nacional, o direito de alfabetizar-se, letrar-se e desenvolver-se intelectualmente, tendo a oportunidade de usufruir de uma educação pública que fosse inclusiva e de qualidade, capaz de respeitar diferenças individuais e contribuir para uma formação integral do sujeito-aprendiz (PNE, 2014).

Na meta 05 (cinco), o PNE prever a necessidade de “alfabetizar todas as crianças até, no máximo, os oito anos de idade”, pois, acredita-se que a “raiz do fenômeno do analfabetismo funcional” esteja nas séries/anos iniciais. Para tanto, ressalta a necessidade de promover a reestruturação do processo de ensino aprendizagem, tendo como foco “a valorização e a formação de professores alfabetizadores e o apoio pedagógico específico” (BRASIL – PNE, 2014, p. 26). Já na meta 09 (nove), o PNE propunha “elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos

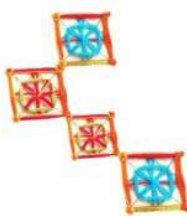


ou mais para 93,5% até 2015”, erradicando, até 2020, o analfabetismo absoluto e reduzindo em “50% a taxa de analfabetismo funcional” (BRASIL – PNE, 2014, p. 35). Nessa meta, o foco é garantir a oferta gratuita da educação de jovens e adultos (EJA) a todos os que não tiveram a oportunidade de na idade própria ter acesso à educação básica, ou mesmo permanecer nela e dar continuidade a seus estudos. Nela, a intenção explícita seria a de superar o analfabetismo e elevar o nível de alfabetismo, “concebendo a educação como direito e a oferta pública da alfabetização como porta de entrada para a educação e a escolarização das pessoas ao longo de toda a vida” (BRASIL – PNE, 2014, p. 35).

Com o desígnio de alcançar essas metas propostas, o Estado partilhar responsabilidades, no momento de elaborar, gerenciar e monitorar projetos e programas que, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional de Educação, possam garantir o mínimo possível de qualidade a Educação Básica, de modo a ampliar as oportunidades educacional dentro do país. E foi com esse propósito que retomou a ideia do regime de colaboração para estabelecer as políticas de financiamento para educação. Ação que segundo Cruz (2012) torna-se importante, pois,

As políticas federais de financiamento da educação básica são necessárias para enfrentar as consequências das disparidades socioeconômicas presentes no Brasil, as quais resultam em desigualdade na capacidade tributária dos entes federados. A referida desigualdade impõe dificuldades para a oferta educacional com parâmetros de qualidade, demandando da União o exercício da função supletiva e redistributiva em relação a estados e municípios, com vistas à equalização das oportunidades educacionais na oferta da educação básica nas diferentes regiões do país (CRUZ, 2012, p. 02).

A proposta do PNE tem fortalecido no campo da educação o senso sobre a necessidade de compartilhar responsabilidades no processo de construção da qualidade educativa. Um pensamento que tem ajudado a ampliar os espaços para a participação social, dentro do contexto educacional, enriquecendo as discussões no momento de elaborar, implantar, executar e fiscalizar projetos ou programas que visem melhorar, especialmente, o processo de alfabetização e elevar os níveis de alfabetismo dos estudantes nas diferentes etapas de ensino da Educação Básica (SOUZA, 2014). A partir dessa parceria entre os governos e a sociedades, inúmeros projetos/programas vem sendo implantados e desenvolvidos, muitos deles têm oferecido, até mesmo, compensações para que o estudante possa usufruiu do processo de escolarização, suprimindo necessidades pessoais que vão além das educacionais, tendo as condições favoráveis para permanecer e continuar no sistema de ensino.



Com esses programas educativos de compensação, busca-se dar aos estudantes a oportunidade de serem assistidos não somente nas dificuldades inerentes ao processo educativo, como em outras como a falta de alimentação, de transporte escolar, de lazer e esporte, de arte, de materiais didático, de apoio pedagógico, etc. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2019). Necessidades que, quando não supridas, podem causar danos irreversíveis ao desenvolvimento intelectual e socioemocional do aprendiz, comprometendo diretamente o processo de ensino-aprendizagem e, sobretudo, a possibilidade de permanência na escola. Através desses programas, esperava-se melhorar a qualidade da alfabetização e tentar resolver a questão da desigualdade educativa e, com isso, acelerar o processo de construção da qualidade da educação públicas no país. Todavia, até o momento, percebe-se que muitas dessas iniciativas político-educativas implantadas, embora, de modo geral traga consigo um “aparente desejo de transformar”, em muitos casos, não tem sido capaz de demonstrar eficácia dentro do contexto educativo, a ponto de mitigar a problemática do analfabetismo absoluto ou reduzir os prejuízos educativos decorrente do analfabetismo funcional nas diferentes etapas do Ensino Fundamental. Situação que, possivelmente, tem colaborado para, até o momento, estagnar a proposta de construção da qualidade educativa expressa no documento do PNE (2014) e em tantos outros projetos políticos.

Como consequência desse processo de estagnação das propostas políticas, uma parcela considerável de estudantes tem sido prejudicado em seu desenvolvimento educativo. Prova disso é que os resultados obtidos por meio das avaliações em larga escala tem revelado que a maioria dos estudantes da escola pública, mesmo tendo acesso a projetos/ou programas de assistência, parecem não estar conseguindo aprender direito na escola, a ponto de consolidar as competências e as habilidade essenciais para o domínio da leitura, da escrita e do processamento do pensamento lógico matemático. Aprendizagem tão necessária para que o educando possa ter êxito em sua vida estudantil e profissional (BRASIL – PISA, 2015). A análise apurada dos resultados das avaliações em larga escala mostra que muitos desses estudantes – sujeitos, normalmente, pertencentes as camadas sociais menos favorecidas –, mesmo alcançando as etapas finais do ensino Fundamental, não apresentam o nível de alfabetismo adequado para estarem naquela série/ano que foram avaliados, o que significa que os mesmos não estão aptos para corresponderem as exigências de um processo de ensino-aprendizagem que, a cada nova etapa, requer o desenvolvimento de novas competências e habilidades de leitura, escrita e de matemática mais complexas, para que os sujeitos em formação, possam avançar intelectualmente, adquirindo e construindo conhecimentos essenciais para evoluírem como pessoa humana e agentes e transformações sociais.



O PNE e o PDE são importantes políticas educacionais que tem fomentado o surgimento de inúmeras iniciativas político-educativas direcionadas ao combater ao analfabetismo e a melhoria do processo de ensino-aprendizagem. Iniciativas que buscam melhorar a qualidade da alfabetização/letramento e elevar os níveis de alfabetismo no país. Contudo, nem sempre, essas iniciativas implantadas tem conseguido alcançar sucesso nesse propósito. E essa realidade é bastante preocupante, pois, mostra que embora haja um discurso nacional e, até um movimento, em prol da educação de qualidade, na prática, algo de errado vem acontecendo para que as manobras políticas e educativas desenvolvidas não consigam demonstrar a eficácia esperada, a ponto de garantir que o sistema público de ensino, torne-se mais inclusivo e eficiente. E essa realidade pode levar a percepção de que tais iniciativas político-educativas implantadas e executadas não estão sendo capazes de promover adequadamente o reconhecimento das diferenças individuais e a igualdade de oportunidade educacionais, sobre a qual as singularidades sejam respeitadas, de modo a oferecer as classes mais carentes as condições essenciais para compensar as perdas e prejuízos decorrentes de um longo e injusto processo histórico, em que a omissão política e o descaso com as questões social, por décadas, contribuíram para disseminar o analfabetismo como estratégia para impedir o acesso dos menos favorecidos aos saberes e conhecimentos socialmente prestigiados. (GROSSI, 2000; GADOTTI, 2012).

Um contexto histórico que pode ser entendido como resultado de um projeto de poder, baseado em princípios ideológico neoliberais, que, por séculos, tem buscado utilizar a falta de conhecimento – advinda do analfabetismo ou do baixo nível de alfabetismo da população – como instrumento para imprimir mais facilmente os princípios e valores da ideologia dominante (meritocracia, individualismo, competitividade, superioridade de saberes, etc.), no sentido de internalizar nas camadas populares a ideia de que os problemas sociais e educativos relacionados do analfabetismo e ao fracasso da educação pública são frutos exclusivos da sua falta de interesse pelos estudos, ou mesmo, da sua incapacidade de aprender e render na escola (GROSSE, 2000). Uma concepção errônea que, ainda hoje, tem sido disseminada por alguns setores para justificar a reação omissa do Estado e da sociedade frente a problemática dos baixos níveis de alfabetismo na escola pública, o que, possivelmente, tem contribuído para enfraquecer a luta social a favor de educação pública inclusiva e de qualidade e, com isso, aumentar a marginalização intelectual que teria como principal objetivo conservar as relações de poder já existentes.

Frente a essa realidade, constatou-se que, em diversos momentos, mesmo tentando se esforçado para acertar, o Estado, em algum momento, talvez, tenha cometido falhas e equívocos durante o processo de elaboração e execução das políticas públicas educacionais que visam o



enfrentamento do analfabetismo e do baixo alfabetismo. E, devido a isso, terminou contribuindo para fomentar a estagnação das propostas políticas implantadas, promovendo o “estrangulamento” do sistema público de ensino, tornando-o mais ineficiente. Fato que contribuiu para atrapalhar a vida de quem mais precisa, mas, que devido a isso, não consegue aprender adequadamente: os menos favorecidos. Essa situação tem gerado obstáculos visíveis e invisíveis que estão inviabilizando o processo de elevação dos níveis de alfabetismo e a construção de uma educação pública de qualidade no país, dificultado, cada vez mais, o progresso intelectual dos mais pobres e, com isso, conservando as desigualdades social.

Portanto, entende-se que a problemática do baixo nível de alfabetismo dos estudantes da escola pública expressa a deficiência do Estado e do sistema público de ensino de garantir educação de qualidade para as camadas populares e promover equidade de direitos no acesso ao conhecimento socialmente produzido. Sua persistência descaracteriza o discurso político de garantia da promoção da equidade de oportunidades educacionais, revelando que, na prática, as iniciativas políticas e educativas voltadas a melhoria da qualidade da alfabetização e do letramento desenvolvidas talvez não tenha sido tão bem pensadas ou mesmo suficientes para alcançar o propósito de garantir ensino-aprendizagem de qualidade, a ponto de garantir a todos os estudantes – principalmente, daqueles que mais necessitam do sistema público de ensino para aprenderem: as crianças e adolescentes oriundo das camadas populares – o direito de elevar seus níveis de alfabetismo para aprender significativamente e conquistar de forma digna sua cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para tentar resolver a questão da baixa qualidade da educação pública no país, o Estado e a sociedade precisam compreender que é válido rever cuidadosamente as propostas de políticas educacionais direcionadas a melhoria da qualidade dos processos de alfabetização e letramento em diferentes etapas da Educação Básica, colocando-as como prioridades. E isso significa dizer que se faz necessário ampliar ainda mais os esforços políticos e sociais para dar o tratamento adequado às essas políticas educacionais que visam promover a melhoria da qualidade do processos de ensino-aprendizagem e garantir a ampliação das oportunidade educacionais, principalmente, dentro da escola pública, pois assim, tornar-se-ia mais fácil construir bases sólidas para edificar uma educação pública de qualidade e inclusiva, capaz de contribuir na formação de cidadãos mais preparados para consolidar as transformações sociais necessárias para promover a equidade de direitos e a justiça sociais.



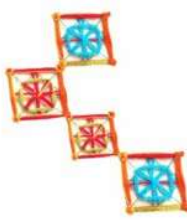
A baixa qualidade da alfabetização/letramento é uma realidade político-educativa complexa, que envolve diferentes perspectivas ideológicas e interesses nem sempre explícitos. Por isso, precisa ser melhor investigada e analisada para ser compreendida em sua complexidade e, a partir disso, poder ser tratada e revertida, de modo a mitigar os prejuízos históricos que tem causado nos contextos educativo e social. Para isso, faz-se necessário que se continue buscando aprofundar os conhecimentos sobre o processo pelo qual são regulamentadas e formalizadas as políticas educacionais de alfabetização/letramento, que visam melhorar o processo de ensino-aprendizagem e elevar os níveis de alfabetismo dentro da escola pública, haja vista, que a ineficiência de muitas dessas políticas tem contribuído para favorecer o crescimento do índice de analfabetismo funcional escolarizado e, assim, alargar ainda mais a desigualdade de oportunidades educativas e sociais.

Desse modo sugere-se que haja a implantação de políticas educacionais mais direcionadas, que possa ir além da finalidade de monitorar e aferir desempenhos educativos dos estudantes, pois, para solucionar a questão da baixa qualidade da alfabetização e letramento, não basta apenas criar mecanismos para avaliar e diagnosticar, é preciso ter boa vontade política e social para intervir devidamente nessa realidade avaliada e diagnosticada, sabendo utilizar as informações obtidas através desse monitoramento, para subsidiar, quando necessário, na elaboração ou reformulação de propostas políticas educativas que sejam mais eficientes e capazes de oferecer as condições necessárias para que todos os sujeitos-aprendizes inseridos na escola pública possam ter o direito de alfabetizar-se e letrar-se no tempo correto, e assim, poderem evoluir em seu processo educativo.

Portanto, acredita-se que o presente artigo, ao buscar refletir e discutir sobre a questão da alfabetização e do alfabetismo no Brasil tendo como foco o posicionamento do Estado frente a problemática da baixo nível de alfabetismo na escola pública – pode cumprir sua função social de revelar alguns aspectos dessa realidade político-educativa nem sempre compreendidos e, com isso, pode alertar a sociedade política e civil, especialmente aos que se interessam pela educação, sobre a necessidade de se rever o processo pelo qual vem se constituído e se executando as políticas públicas educacionais que visam garantir a elevação da qualidade da alfabetização/letramento dentro do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AÇÃO EDUCATIVA; Instituto Paulo Montenegro. **5º Indicador de analfabetismo funcional: um diagnóstico para a inclusão social pela educação** - avaliação de Leitura e Escrita. São Paulo: Ação



Educa. 2005. Disponível em: acaooeducativa.org.br/wpcontent/uploads/2016/10/inafresultados2005.pdf. Acesso 25 de Março de 2019

ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de: **Conceituando alfabetização de Letramento**. In SANTOS, Carmi Ferraz e MENDONÇA Márcia. Alfabetização e letramento: conceitos e relações. Belo Horizonte: Autentica, 2007.

ALMEIDA, Luana Costa; DALBEM, Adilson; FREITAS, Luiz Carlos de. O IDEB: **Limites e Ilusões de uma política educacional**. Educação e sociedade. v. 34, nº 125, p 1153-1174, out/dez: 2013. Disponível em: www.cedes.unicamp.br. Acesso: 20 de maio de 2019.

BORDIGNON, Lorita Helena Campanholo e PAIM, Marilane Maria Wolff. **História e políticas públicas de alfabetização e letramento no Brasil**: breves apontamentos com enfoque para o plano nacional de educação. Momento, v. 24 n. 1, p. 89-117, jan./jun. 2015 ISSN 0102-2717. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/download/5038/3745>. Acesso: 13 de Fevereiro de 2019.

BEAUCHAMP, Jeanete, PAGEL, Sandra Denise, NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do. **Ensino fundamental de nove anos**: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade / organização – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

_____. **Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa**: documento orientador. PNAIC em Ação 2017. Disponíveis em: <http://pacto.mec.gov.br/index.php>. Acesso: 26 de Março de 2019.

CRUZ, Rosana Evangelista da. **Os recursos federais para o financiamento da Educação básica**. Revista de financiamento da educação: Fineduca. vol. 2, n. 7. 2012. ISSN: 2236-5907. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/fineduca/article/viewFile/51383/31837>. Acesso: 11 de Março de 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, ed. 17. Rio de Janeiro; Paz e Terra. 1987.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação**: um estudo introdutório. 16 ed. São Paulo; Cortez, 2012.

GROSSI, Esther. **A coragem de mudar em educação**. Petrópolis: Editora Vozes. 2000.

MACHADO, Nilson José. **Matemática e Língua Materna**: análise de uma impregnação mútua. São Paulo: Cortez, 1990.

SOARES, Magda. **Letramento e alfabetização**: as muitas facetas. Revista Brasileira de Educação. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a01.pdf>. Acesso: 21 de Fevereiro de 2019.

SOUZA, Vilma Aparecida de Souza. **O plano de Metas todos pela educação**; desdobramentos na gestão educacional local e no trabalho docente. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Educação. Minas Gerais. UFU. 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13705/1/PlanoMetasCompromisso.pdf>. Acesso agosto de 2019.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Perguntas e Respostas**: O que é e o que faz o FNDE? 2011. Disponível em: < <http://www.todospelaeducacao.org.br/reportagens-tpe/19951/perguntas-e-respostas-o-que-e-e-o-que-faz-o-fnde>>. Acesso 20 de Julho de 2019.

VEIGA Elis Regina dos Santos e REBOUÇAS, Virgínia Margarida. **As políticas de alfabetização no Brasil no contexto do ensino Fundamental**: aspectos normativo-legais. Laplage em Revista. Vol. 4, n.2, Maio - Agosto, 2018, p. 142- 152. ISSN: 24466220. Disponível em: www.laplageemrevista.ufscar.br/index.php/lpg/article/view/480. Acesso 27 de Fevereiro de 2019.